

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor -
CTPAPD**

Ata da 11ª Reunião Ordinária de

Data: 10/07/2013

Local: CAU

Membros Titulares e Suplentes presentes: Daniel Mancebo (CMP/CGPU-SMU); Wanderson Barreto Corrêa (CMP/CGPU-SMU); Mônica Bahia Schlee (CMP/CGPU-SMU); Claudia Muricy (CMP/CGPU-SMU); Ângela Cegala (CGPE-SMU); Ricardo Neiva D'Orsi (Geo-Rio); Davi Figueiredo Becker (Defesa Civil); Georgiane Costa (RIO-AGUAS); Carlos Eugênio de Figueiredo (COMLURB); Rosane L. Araujo (SMH); Ruth Aono (SMH); Paula Merlino Machado (IRPH); Luiz Paulo Gerbassi (SMTR); Henrique Mendes Torres (CET-RIO); Thaís Rennó de Andrade (SEOP); Elke Schulze Bittar (SEOP); Marcelo Fonseca (SMU/CGPIS); Marcos Borges Pereira (SMAC); Luciane Silva Valete (SMAC); Cesar de Faria Vieira (SMO); Elvira Rossi (RIOURBE); Claudia Alves de Oliveira (PGM); Helena Rego (IPP).

Assuntos tratados:

A reunião foi iniciada às 10 horas e 20 minutos com a seguinte pauta:

Informes gerais

- *Esclarecimentos sobre a nova etapa de visitas aos órgãos setoriais: avaliação das ações emergenciais, caracterização da situação atual e instrumentos necessários para viabilizá-las.*
- *Solicitação aos órgãos que ainda não enviaram suas contribuições para preenchimento e complementação do Quadro Síntese de Acompanhamento do Plano Diretor.*
- *Solicitação aos órgãos para envio da localização e mapeamento das ações elencadas no quadro síntese.*
- *Esclarecimentos sobre o processo de encaminhamento de sugestões de emendas aos regulamentos via CTPD.*
- *Relatório: consolidação de relatório único 2012-2013 a partir do quadro síntese e dos mapeamentos.*

Apresentação dos regulamentos em análise na Câmara dos Vereadores

- *Projeto de Lei Complementar Nº 29/2013 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano – LPS*
- *Projeto de Lei Complementar Nº 31/2013 – Código de Obras e Edificações – COE*
- *Projeto de Lei Complementar Nº 32/2013 – Código de Licenciamento e Fiscalização de Obras Públicas e Privadas – CLFOPP*
- *Projeto de Lei Complementar Nº 33/2013 – Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS*

Daniel informa que a 1ª rodada de reuniões setoriais com os órgãos já foi realizada. A 2ª rodada será iniciada em prosseguimento para complementar a avaliação acerca das ações emergenciais demandas pelo Plano Diretor e detalhar o que precisa ser feito para que elas sejam implementadas, que tipos de instrumentos devem ser regulamentados e que procedimentos devem ser repensados.

Monica informa que já foi realizada outra reunião com o grupo de mobilidade, visando à elaboração de um diagnóstico sucinto da situação atual do tema de transportes na cidade. Claudia Muricy complementa ao afirmar que este diagnóstico consiste em uma caracterização expedita do problema, a partir do conhecimento dos próprios técnicos.

Davi, da Defesa Civil, demonstra interesse em discutir o Código de Licenciamento e Fiscalização, uma vez que seu órgão atua diretamente com a questão dos imóveis em risco, que são inúmeros no município. A Defesa Civil fez várias vistorias em áreas localizadas nas imediações do Centro da Cidade. Considera importante a revisão da legislação e a realização de medidas fiscalizatórias mais eficientes.

Ângela Cegala pondera que existe fiscalização, mas que em determinadas situações não é o suficiente para a resolução do problema, uma vez que os imóveis em risco em muitos casos correspondem a imóveis com problemas fundiários e de propriedade. Sugere o aumento do valor das multas e as penalidades no caso de imóveis abandonados e a existência de um sistema único para identificar a propriedade dos imóveis degradados e/ou irregulares.

Daniel informa que houve revisão das multas no novo Código de Licenciamento e Fiscalização enviado à Câmara.

Claudia Alves argumenta que alvarás não poderiam ser renovados ou concedidos se o imóvel tiver alguma multa pendente e informa da necessidade de .

Daniel informa sobre a necessidade de elaboração do Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Diretor.

Marcelo afirma que as metas de desempenho dos diversos órgãos nem sempre estão alinhados com o PD. Propõe explicitar a vinculação com as metas de cada órgão e que esta questão deveria constar do Relatório.

Luis Gerbassi esclarece que existe uma diferença entre metas de governo e metas do Plano Diretor.

Daniel sugere que os membros do CTPD realizem o exercício de analisar e vincular as metas estabelecidas pelo Plano Diretor com as metas de seus respectivos órgãos, para que esse ponto seja discutido em uma rodada de reuniões entre o grupo de coordenação e os órgãos.

Cláudia Muricy demonstra sua preocupação da possibilidade de confusão entre as metas de governo e os objetivos do PD. Mônica reforça a ideia de que o Plano Diretor deve orientar as metas, e não o contrário.

Helena Rego sugere articulação com Casa Civil, responsável pela coordenação das metas de governo, para alinhamento entre estas metas e os objetivos do Plano Diretor.

Daniel Mancebo endossa a sugestão do IPP e explica que uma reunião já havia sido marcada sobre o assunto, e que foi desmarcada pela Casa Civil devido a conflito de agendas.

Thaís Rennó observa que via na abordagem dos BRTs que vinha sendo realizada pelo CTPD um projeto piloto para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo. Perguntou se a abordagem das reuniões temáticas foi abandonada pelo CTPD. Segundo Thais, esta forma de trabalho propicia uma maior articulação interna do CTPD. Considera que houve

um recuo em relação ao andamento do trabalho do Comitê Técnico.

César da SMO concorda com Thaís Rennó e considera necessário que a 2ª rodada ocorra mais rapidamente possível para que haja uma evolução nos trabalhos do Comitê Técnico.

Daniel Mancebo informa que a abordagem das reuniões temáticas não foi abandonada pelo CTPD e que a próxima reunião a ser realizada será sobre controle do uso e ocupação do solo.

Henrique da CETRio, ao tratar da questão da mobilidade, questiona a falta de política de transporte de carga. Argumenta que um plano de logística de carga é uma lacuna no PD. Sugere a análise do Plano Diretor de Carga elaborado pelo escritório Jaime Lerner para um município do Mato Grosso do Sul, que prevê 3 níveis de operação, equivalentes a 3 anéis em torno do centro da cidade, de acordo com a escala e o tipo de carga.

Daniel encerra este assunto e inicia a apresentação dos regulamentos.

Ao fim da apresentação, Rose destaca a necessidade de maior detalhamento ou mesmo da regulamentação específica do conceito de Macrozonas, citando como exemplo a definição de procedimentos para o pagamento de contrapartidas para licenciamento de empreendimentos na Macrozona Condicionada.

Cláudia Alves sugere que devemos focar na aprovação dos regulamentos na Câmara.

Daniel encerrou a reunião às 12h 25min.

ENCAMINHAMENTOS:

Como encaminhamentos, os representantes dos diversos órgãos deverão enviar as planilhas preenchidas, incluindo o andamento das ações e a espacialização de seus projetos. Faltam as contribuições da Rio-Aguas e a complementação do IRPH.

Ficou acordado que os representantes dos diversos órgãos deverão avaliar os regulamentos, que se encontram disponibilizados no site da SMU, e enviar, caso

entendam como necessário, sugestões de emendas.